



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682494 - SP (2021/0233102-5)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : VALDOMIRO BATISTA GUIMARAES
ADVOGADO : VALDOMIRO BATISTA GUIMARÃES - SP250983
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DANILO SOUZA SILVA (PRESO)
PACIENTE : JOSE ALVES DA SILVA (PRESO)
CORRÉU : IGOR DE JESUS
CORRÉU : WELLINGTON DE JESUS LIMA
CORRÉU : MICHAEL GUERRA DE MELO SOBRAL
CORRÉU : WILLIAN LIMA
CORRÉU : PEDRO JORDAO DE CARVALHO
CORRÉU : JALISSON MARQUES ALMEIDA
CORRÉU : PABLO LORRAN SANTOS SOARES
CORRÉU : CLAUDIO DE ANDRADE
CORRÉU : UILDSON PEREIRA BASTOS
CORRÉU : MICHAEL JHORRAN SANTOS SOARES
CORRÉU : MICHAEL SANTOS DA SILVA
CORRÉU : RAILON BRANDAO COUTO FAGUNDES
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DANILO SOUZA SILVA e JOSE ALVES DA SILVA apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2165655-58.2021.8.26.0000).

Os pacientes encontram-se presos preventivamente pela prática, em tese, dos delitos previstos nos arts. 155 e 180, § 1º, ambos do Código Penal.

O impetrante alega a ausência de fundamentação a justificar as segregações cautelares impostas aos custodiados, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, insculpidos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Aponta a desnecessidade das prisões preventivas, sobretudo porque os pacientes são primários, possuem bons antecedentes, têm residência fixa e ocupação lícita.

Ressalta que os argumentos utilizados para decretar os encarceramentos foram fundados em afirmações genéricas e na gravidade abstrata do delito.

Aduz que não foi demonstrado, de maneira concreta, de que forma, em liberdade, os pacientes poderiam causar embaraço à ordem pública, à instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

Alega a desproporcionalidade das custódias, tendo em vista que, em caso de condenação, o regime inicial de cumprimento de pena será diverso do fechado.

Requer, liminarmente e no mérito, a liberdade provisória dos pacientes,

ainda que mediante a prestação de fiança.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. APREENSÃO DE QUASE 3kg DE MACONHA. WRIT IMPETRADO CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU LIMINAR NO TRIBUNAL A QUO. SÚMULA N. 691/STF. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE FLAGRANTE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível habeas corpus contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. No caso, a prisão preventiva foi decretada em razão da periculosidade social do agravante, evidenciada a partir das circunstâncias concretas colhidas do flagrante, notadamente pela apreensão de expressiva quantidade de droga - quase 3kg de maconha. Precedentes. Ausência de flagrante ilegalidade a justificar a superação da Súmula 691 do STF.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC 629.203/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 15/12/2020, DJe 17/12/2020; sem grifos no original)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, porquanto a autoridade impetrada, ao indeferir a liminar no *mandamus* originário, fundamentou suficientemente a manutenção das custódias dos pacientes nos seguintes termos (e-STJ fls. 20-21):

"A despeito dos argumentos expendidos na impetração, as circunstâncias de fato e de direito não autorizam a concessão da liminar, pois não se vislumbram o fumus boni juris e o periculum in mora ensejadores da medida.

O juízo cognitivo desta fase possui âmbito restrito, razão pela qual a concessão da liminar deve motivar-se na flagrante ilegalidade do ato ou no abuso de poder da autoridade, justificando, assim, a suspensão imediata de seus efeitos.

Não é o que ocorre na espécie, presentes que se

acham, em princípio, motivos ao resguardo da ordem pública e garantia de aplicação da lei penal, dado o exposto na decisão hostilizada, que apresenta fundamentação cercada de razoabilidade (fls. 126/130).

Sopesem-se, inclusive, a gravidade concreta das condutas e as peculiaridades dos crimes, dada a grande quantidade de mercadoria apreendida (quase uma tonelada), sendo certo que furto de fios de cobre, realizado em associação criminosa, e a comercialização dos ilícitos de forma estrutura e em larga escala vêm causado grande abalo na ordem pública e econômica.

Destarte, nesta esfera de cognição sumária, não se vislumbra ilegalidade flagrante ou ato teratológico.

Por conseguinte, indefiro o pedido liminar."

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência